

Procuradoria
Geral do
Estado



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM ESTADUAL

TERMO DE ACORDO N. 202/2022-PGE/CCMA

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno de natureza autárquica, neste ato representado pelo seu Presidente, **VINÍCIUS DE CECÍLIO LUZ**, devidamente assistido pela Procuradora do Estado, **GÉSSICA CRUVINEL PEREIRA PEIXOTO**, OAB/GO n. 47.061, doravante denominado PRIMEIRO ACORDANTE; **LAURA BANDEIRA PRATES**, matrícula ***453-73, representado por **SUELEN CAROLINA DA COISTA BANDEIRA PRATES**, matrícula n. ***860-02, doravante denominado(a) como SEGUNDO(A) ACORDANTE, com fundamento nos artigos 6º e 29, § 1º, Lei Complementar estadual n. 144/2018, artigo 38-A, Lei Complementar estadual n. 58/2006, artigo 3º, §2º, Código de Processo Civil/2015, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, bem como o que consta nos autos SEI n. 202200022062799, resolvem firmar o presente termo de acordo na **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL**, mediante observância das cláusulas e condições abaixo especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA JUSTIFICATIVA

1.1. Trata-se de solicitação de transtorno do espectro autista – TEA, transtorno de ansiedade, transtorno específico do desenvolvimento de fala e linguagem e transtorno do déficit da atenção e hiperatividade, apresentando comprometimento da interação social, comunicação e padrão de comportamentos atípicos, razão pela qual prescrito o seguinte tratamento:

- a) Fonoaudiologia - 2 vezes na semana;
- b) Terapia comportamental ABA – 2 vezes na semana;
- c) Professor de apoio em sala de aula.

1.2. Após regular trâmite processual, manifesta-se a unidade consultiva do PRIMEIRO ACORDANTE (000033450314):

5. Como bem pontuado pela Gerência de Auditoria, embasada nas informações do Setor Técnico, as terapias pelo método ABA, de fato, não estão contempladas pelo rol de procedimentos do IPASGO, o que, a princípio, impediria a cobertura administrativa. Inobstante, no caso em apreço e demais envolvendo tratamento multidisciplinar para TEA, o melhor caminho é a transação extrajudicial, como passa-se a demonstrar.

6. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) conduziu pesquisa na qual constatou-se um crescimento de 130% nas demandas de primeira instância entre os anos de 2008 e 2017¹. Especificamente, no IPASGO, o número de ações judiciais teve um salto de 67,9% no período entre 2016 e 2019². Observa-se, portanto, a premente necessidade de racionalizar recursos e encontrar alternativas de solução de conflitos, dentre elas a conciliação.

Handwritten signature in blue ink.

7. É de salutar importância destacar que, em virtude da Lei Complementar Estadual n. 144/2018, foi criada a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, vinculada à Procuradoria-Geral do Estado, incentivando, ainda mais, ao Administrador Público que cumpra o seu dever de propagar e estimular a conciliação e exaurir todas as medidas possíveis de resolução antes de caminhar pela judicialização da questão.

8. Embora, no IPASGO, a cultura de conciliação ainda esteja caminhando a passos lentos, em específico no caso dos tratamentos multidisciplinares, já está pacificada a necessidade de resolução administrativa dos conflitos. Isso, porque, o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, seguindo o Superior Tribunal de Justiça, é de ser obrigatória a cobertura e custeio do tratamento multidisciplinar pelo método ABA (ou outro prescrito pelo médico, desde que baseado em evidências científicas)³.

9. Ademais, o Enunciado n. 99 das Jornadas de Direito da Saúde do CNJ reconhece ser obrigatória a cobertura, pelos planos de saúde, o tratamento multidisciplinar para Transtorno do espectro autista:

"O tratamento multiprofissional do transtorno do espectro autista é de cobertura obrigatória por parte das operadoras de saúde, as quais devem viabilizar ao beneficiário ou equipe multiprofissional credenciada pela operadora de saúde, desde que o método seja reconhecido pelos respectivos conselhos de classe dos profissionais integrantes da referida equipe multiprofissional, ou que esteja expressamente previsto no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS".

10. Em 23 de junho de 2022, por meio da Resolução Normativa n. 539, a Agência Nacional de Saúde, alterou a RN n. 465/2021, para regulamentar a cobertura obrigatória de sessões com psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, para o tratamento/manejo dos beneficiários portadores de transtorno do espectro autista e outros transtornos globais do desenvolvimento, assim dispondo:

"Art. 6º (...)

§ 4º Para a cobertura dos procedimentos que envolvam o tratamento/manejo dos beneficiários portadores de transtornos globais do desenvolvimento, incluindo o transtorno do espectro autista, a operadora deverá oferecer atendimento por prestador apto a executar o método ou técnica indicados pelo médico assistente para tratar a doença ou agravo do paciente".

11. Conquanto o IPASGO não esteja submetido ao poder fiscalizatório da ANS, em razão da necessidade de interpretação coesa e lógica do sistema jurídico, deve observar as normas não conflitantes com a legislação específica do órgão.

12. Em acréscimo, no EREsp nº 1886929 / SP, que tramitou na sistemática dos recursos repetitivos, sagrou vencedora a tese de que o rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar é, em tese, taxativo, sendo que a operadora de plano de saúde não é obrigada a arcar com tratamento não constante do rol, se existe, para a cura do paciente outro procedimento eficaz, efetivo e seguro já incorporado, fixando algumas exceções.

13. O Enunciado n. 97 das Jornadas de Saúde do CNJ reconhece que:

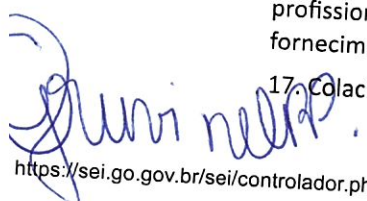
"As solicitações de terapias alternativas não previstas no rol de procedimentos da ANS, tais como equoterapia, hidroterapia e métodos de tratamento, não são de cobertura e/ou custeio obrigatório às operadoras de saúde se não estiverem respaldadas em Medicina Baseada em Evidência e Plano Terapêutico com Prognóstico de Evolução".

14. Portanto, a princípio, não é possível a transação extrajudicial para o fornecimento das terapias não insertas no rol ANS, tais como hidroterapia, musicoterapia, equoterapia, dentre outros.

15. No que tange ao número de sessões, a Resolução Normativa n. 469, de 9 de julho de 2021, acatando o posicionamento majoritário nacional, alterou a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, determinando, assim, ser obrigatória a cobertura do número ilimitado de sessões de com fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e/ou psicólogo para os pacientes com diagnóstico primário ou secundário de transtornos globais do desenvolvimento.

16. Quanto ao Professor de apoio em sala de aula, já que, em grande parte das vezes, é executada por profissional da área da educação, não inserindo-se no conceito de assistência de saúde, é inviável o seu fornecimento pelo IPASGO.

17. Colaciona-se o ENUNCIADO Nº 91 da Jornada de Direito a Saúde que contempla:



"ENUNCIADO Nº 91 **O cumprimento de pleito judicial que vise à prestação de ação ou serviço exclusivo da EDUCAÇÃO não é de responsabilidade do Sistema Único de Saúde – SUS.**" (grifo nosso).

18. Conforme o prescrito no entendimento acima colacionado, demanda judicial que vise prestação de serviço relacionado a educação não é de responsabilidade dos planos de saúde. O próprio nome "PLANO DE SAÚDE" já deixa claro qual é o objeto cerne de cada plano, a saber, SAÚDE.
19. Melhor sorte não assiste o pedido de Professor de apoio em sala de aula, visto não estar ligado a área da saúde.
20. Nos termos do acima exposto, recomendo a solução extrajudicial da demanda, ofertando acordo nos seguintes termos:
- 20.1 o IPASGO se compromete a disponibilizar a usuária Laura Bandeira Prates, sessões de **Terapia comportamental ABA - 2 vezes na semana**. Todavia as sessões de **Fonoaudiologia** consta no rol de cobertura do Ipasgo e deverão ser realizadas pela rede credenciada, excluindo o **Professor de apoio em sala de aula** por não estar ligado a área da saúde.
- 20.2 Ressalta-se que, por ser uma Autarquia, o IPASGO deve obediência à lei, razão pela qual somente são ofertados os procedimentos previstos na legislação de regência. Contudo, por oferecer serviços de assistência à saúde na modalidade de autogestão, nos casos em que há evidências científicas de tratamentos que, embora não estejam no rol IPASGO, porém foi padronizado pela ANS, esta Procuradoria já se manifestou pela possibilidade de cobertura excepcional.
- 20.3 considerando a inexistência de profissionais especializados na rede credenciada, a cobertura será mediante depósito na conta bancária dos genitores da importância referente a 3 (três) meses tratamento. No entanto, a prestação de contas será mensal;
- 20.4 os profissionais que atenderão o menor serão definidos após a apresentação de 03 (três) orçamentos cotados pelo usuário (ou responsável legal), escolhido o de menor valor, devendo, ainda, comprovar a especialização definida ao tratamento e observar que os valores devem estar em sintonia com os valores já cotados pelo IPASGO;
- 20.5 o custeio mediante depósito bancário dos valores permanecerá até que seja realizada contratação e/ou credenciamento de profissionais aptos a atender pelo método ABA pela rede do Plano de Saúde, ocasião em que havendo a disponibilização o tratamento migrará para a rede credenciada;
- 20.6 o usuário, por meio do seu representante legal, se compromete a prestar contas até o 5º dia útil do mês seguinte ao do tratamento, mediante encaminhamento dos documentos solicitados pela auditoria (em anexo), os quais deverão ser encaminhados ao seguinte e-mail: terapiasgeaud@ipasgo.gov.br. Os documentos de comprovação da regularidade de inscrição do profissional, formação e especialização, além dos orçamentos iniciais, deverão ser encaminhados para o e-mail da Procuradoria Setorial: prosetorial@ipasgo.gov.br;
- 20.7 o usuário, por meio do seu representante legal, fica ciente de que, constatadas inconsistências, será solicitada, por e-mail e/ou telefone, a correção, que deverá ocorrer nos 15 (quinze) dias seguintes. Não sendo possível sanar a inconsistência, o valor respectivo será abatido do próximo depósito;
- 20.8 os genitores do paciente concordam em receber treinamento para atuar, eles mesmos, como assistentes no tratamento;
- 20.9 os usuário, por meio do seu representante legal, dá como plenamente satisfeito em relação ao caso em tela, abrindo mão, com a celebração do acordo, de levar ao Judiciário a mesma controvérsia;
- 20.10 o acordo, contudo, abrange apenas a situação atual do menor, sendo passível de revisão em face de ulteriores modificações de quadro clínico sugestivas de adequação do plano terapêutico. Eventuais alterações (número de sessões, valor da sessão e terapias) poderão ser resolvidas mediante simples aditivo ao presente acordo.

1.3. Após, retifica parcialmente a proposta

(000034102015):

Onde se lê:

"20.1 o IPASGO se compromete a disponibilizar a usuária Laura Bandeira Prates, sessões de **Terapia comportamental ABA - 2 vezes na semana**. Todavia as sessões de **Fonoaudiologia** consta no rol de cobertura do Ipasgo e deverão ser realizadas pela rede credenciada, excluindo o **Professor de apoio em sala de aula** por não estar ligado a área da saúde."

"I - O IPASGO se obriga a disponibilizar a usuária Laura Bandeira Prates, atendimento em **Terapia comportamental ABA - 2 vezes na semana**, por meio de profissional da rede privada, mediante reembolso. Todavia as sessões de **Fonoaudiologia** consta no rol de cobertura do Ipasgo e deverão ser realizadas pela rede credenciada, excluindo o **Professor de apoio em sala de aula** por não estar ligado a área da saúde."

Leia sê:

"20.1 o IPASGO se compromete a disponibilizar a usuária Laura Bandeira Prates, sessões de **Terapia comportamental ABA - 2 vezes na semana e terapia com Fonoaudiologia - 2 vezes na semana, conforme consta no relatório médico anexado aos autos**. Todavia excluído o **Professor de apoio em sala de aula** por não estar ligado a área da saúde."

"I - O IPASGO se obriga a disponibilizar a usuária Laura Bandeira Prates, atendimento em **Terapia comportamental ABA - 2 vezes na semana e terapia com Fonoaudiologia - 2 vezes na semana, conforme consta no relatório médico anexado aos autos**, por meio de profissional da rede privada. Todavia excluído o **Professor de apoio em sala de aula** por não estar ligado a área da saúde."

1.4. Em 29.09.2022, exercido o juízo de admissibilidade pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (000034168297);

1.5. A atuação da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual é regida pelos princípios da independência, da imparcialidade do(a) mediador(a), da autonomia da vontade dos interessados, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade, da boa-fé e da decisão informada, previstos no artigo 166, Código de Processo Civil/2015 e artigo 2º, §1º, Lei Complementar estadual n. 144/2018, todos contemplados nas tratativas mediativas desenvolvidas;

1.6. Nos termos do artigo 29, Lei Complementar estadual n. 144/2019, autorizada aos(às) Procuradores(as) do Estado a viabilização de acordos, desde que a pretensão econômica não ultrapasse 500 (quinhentos) salários mínimos;

1.7. O mesmo diploma legal estabelece em seu artigo 6º, enquanto princípio na celebração dos acordos pela Administração Pública, a redução do dispêndio de recursos públicos na instauração, condução e acompanhamento de processos administrativos e judiciais, nos quais os custos suprem o potencial benefício decorrente dos prognósticos dos seus resultados, o que verifica-se no particular;

1.8. Lado outro, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, estabelece o artigo 20 que a esfera administrativa não poderá decidir com bases em valores jurídicos abstratos, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão, tendo esta que demonstrar a necessidade e adequação da medida imposta;

1.9. Conforme artigo 22 de sobredito diploma legal, na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e dificuldades reais do(a) gestor(a) pública, bem como as exigências das políticas públicas a seu cargo, cujas circunstâncias práticas deverão ser consideradas quanto à ação condicionada;

1.10. Considerando, por fim, que a celebração de acordo é recomendada pelos princípios da isonomia, efetividade, eficiência, economicidade e vantajosidade, resolvem as partes, com fundamento nos dispositivos legais retromencionados e nos princípios referenciados, firmar o presente, observadas as condições abaixo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. As partes resolvem celebrar o presente acordo, comprometendo-se o PRIMEIRO ACORDANTE a cumprir obrigação de fazer em favor do(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE, de promoção de sessões de terapia comportamental ABA - 2 vezes/semana e terapia com fonoaudiologia - 2 vezes/semana;

§1º Fica excluído o professor de apoio em sala de aula, por não estar ligada a área da saúde;

2.2. Os profissionais que atenderão o(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE, referente ao item 2.1, *caput*, serão definidos após a apresentação de 03 (três) orçamentos cotados por ele(ela), observando-se a sintonia com os valores já cotados pelo PRIMEIRO ACORDANTE e comprovando-se a especialização definida ao tratamento;

§1º Serão selecionados os orçamentos de menor valor;

§2º Os documentos de comprovação da regularidade de inscrição do profissional, formação e especialização, além dos orçamentos iniciais, deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico prosetorial@ipasgo.gov.br;

2.3. Considerando a inexistência de profissionais especializados na rede credenciada, referente ao item 2.1, *caput*, o PRIMEIRO ACORDANTE realizará a cobertura será mediante depósito na conta bancária dos genitores da importância referente a 3 (três) meses tratamento;

§1º O custeio mediante depósito bancário dos valores permanecerá até que seja realizada contratação e/ou credenciamento de profissionais aptos a atender pelo método ABA pela rede do PRIMEIRO ACORDANTE, ocasião em que, havendo a disponibilização, o tratamento será migrado;

§2º Compromete-se o(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE a realizar a prestação de contas mensalmente, até o 5º dia útil do mês seguinte ao do tratamento, mediante encaminhamento dos documentos solicitados pela auditoria, os quais deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico terapiasgeaud@ipasgo.gov.br;

2.4. Constatadas inconsistências, serão solicitadas as devidas correções pelo PRIMEIRO ACORDANTE ao(à) SEGUNDO(A) ACORDANTE, nos 15 (quinze) dias seguintes via correspondência eletrônica ou contato telefônico;

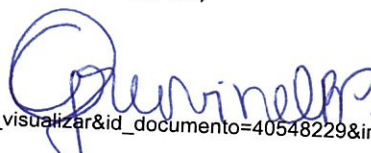
Parágrafo único. Não sendo possível o saneamento da inconsistência, o PRIMEIRO ACORDANTE abaterá o respectivo valor do depósito seguinte;

2.5. Comprometem-se os genitores do(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE em receber treinamento para atuarem, eles mesmos, como assistentes no tratamento;

2.6. O presente ajuste importa em renúncia a eventuais direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico;

§1º O(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE dar-se-á por plenamente satisfeito, nada mais tendo de reclamar em juízo ou fora dele quanto a eventuais direitos decorrentes do objeto do acordo, abrangente de sua situação clínica atual;

§2º Em face de ulteriores modificações de quadro clínico sugestivas de adequação do plano terapêutico, eventuais alterações poderão ser celebradas mediante aditivo ao presente acordo;



2.7. O descumprimento do acertado por alguma das partes implica na rescisão do presente acordo;

2.8. O presente acordo possui caráter intransferível, irrevogável e irretratável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONSEQUÊNCIAS DO ACORDO

3.1. A composição é negócio jurídico de direito material fundada unicamente na vontade das partes, sendo desnecessária sua homologação perante o Poder Judiciário;

3.2. O ajuste entabulado, com fundamento no artigo 16, §2º, Lei Complementar estadual n. 144/2018 e no artigo 20, parágrafo único, Lei federal n. 13.140/2015, constitui título executivo extrajudicial e, se homologado judicialmente, título judicial;

3.3. O presente termo de acordo será publicado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos do artigo 33, Lei Complementar estadual n. 144/2018;

3.4. As controvérsias eventualmente surgidas quanto a esse acordo serão submetidas à tentativa de conciliação, medição ou arbitragem no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual, na forma da Lei Complementar estadual n. 144, de 24 de julho de 2018;

Diante do exposto, observados os preceitos legais atinentes ao caso, firmam as partes o presente acordo.

Goiânia, 29 de setembro de 2022.

Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás

Vinícius de Cecílio Luz

Presidente

(Assinatura Eletrônica)



Sector de Processos Contenciosos

Géssica Cruvinel Pereira Peixoto

Procuradora do Estado

OAB/GO n. 47.061

(Assinatura Eletrônica)

Laura Bandeira Prates

Matrícula ***453-73

Suelen Carolina da Costa Bandeira Prates

Matrícula n. ***860-02

Suelen Carolina da Costa B. Prates

Procurador(a) - Usuário

OAB/GO n. _____

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual

Patrícia Vieira Junker

Mediadora

OAB/GO n. 33.038

(Assinatura Eletrônica)



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA VIEIRA JUNKER, Mediador (a)**, em 29/09/2022, às 19:46, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS DE CECILIO LUZ, Presidente**, em 30/09/2022, às 12:23, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 000034168277 e o código CRC ECCB1E93.

CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM ESTADUAL
RUA 2 293 Qd.D-02 Lt.20, ESQ. COM A AVENIDA REPÚBLICA DO LÍBANO, ED.
REPUBLICA TOWER - Bairro SETOR OESTE - GOIANIA - GO - CEP 74110-130 - (62)3253-8500.



Referência: Processo nº 202200022062799



SEI 000034168277